



Advocacia especializada

## **AO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO**

### **REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025**

A empresa **HAB TRANSPORTES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.559.039/0001-95, com sede na Rua Clarindo Francisco Monnerat, nº 207, Silveira Monnerat, Duas Barras-RJ, CEP: 28650-000, representada por seu sócio **DENILSON ANTUNES BARBOSA**, CPF nº 036.738.347-03, por intermédio de seu advogado **DR. ANDERSON MELO DE ALMEIDA**, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil/RJ sob o nº 217.671, vem, respeitosamente, com fulcro no artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, apresentar IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, em razão das exigências constantes no Termo de Referência e Edital, que considera restritivas à competitividade do certame, pelos motivos a seguir expostos:

#### **I. EXIGÊNCIA DE ANO DE FABRICAÇÃO DOS VEÍCULOS**

O edital exige que os veículos possuam no máximo 2 (dois) anos de fabricação, o que configura uma restrição injustificada e sem respaldo legal. O Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro (DETRO/RJ), com base na Lei Estadual nº 4.291/2004, no Decreto Estadual nº 41.318/2008 e na Resolução DETRO/PRES nº 4.958/2021, permite a utilização de veículos com até 10 anos de fabricação para serviços de transporte, desde que submetidos às inspeções regulares previstas em normativos específicos.

É importante destacar que veículos com mais de 2 anos de fabricação, quando devidamente mantidos e inspecionados, podem prestar os serviços com segurança e eficiência. A exigência imposta no edital fere os princípios da isonomia e da ampla concorrência, previstos no artigo 3º da Lei nº 14.133/2021.

Assim, requer-se a revisão dessa exigência para que sejam permitidos veículos que comprovem condições técnicas adequadas por meio de certificados e inspeções regulares, conforme regulamentação do DETRO/RJ.

#### **II. EXIGÊNCIA DE COR ESPECÍFICA DOS VEÍCULOS**

O Termo de Referência estabelece que os veículos devem ser exclusivamente de cor branca, sem apresentar justificativa técnica plausível para tal exigência. Não

existe normatização do DETRO/RJ ou de outro órgão regulador que imponha a padronização de cores como requisito para o transporte de passageiros.

A Resolução DETRO/PRES nº 4.712/2020, que regula a identificação de veículos para transporte intermunicipal, permite a utilização de adesivos ou faixas de identificação como forma de padronização visual, sem restringir a cor da pintura dos veículos. Tal restrição compromete a isonomia entre os licitantes e não guarda relação direta com a qualidade ou segurança dos serviços.

Requer-se, portanto, a exclusão dessa exigência ou, alternativamente, sua flexibilização, permitindo que veículos de outras cores sejam utilizados, desde que devidamente identificados e padronizados conforme as orientações da administração.

### **III. DOS FUNDAMENTOS LEGAIS**

A Lei Federal nº 14.133/2021, em seu artigo 3º, §1º, inciso I, estabelece que o processo licitatório deve assegurar:

“A isonomia entre os participantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, vedado estabelecer exigências que restrinjam a competitividade sem justificativa plausível.”

As exigências de ano de fabricação e de cor específica configuram restrições injustificadas e contrárias ao disposto na legislação vigente e às normativas do DETRO/RJ.

### **IV. DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer-se:

- a) A revisão do item do edital que exige que os veículos possuam no máximo 2 (dois) anos de fabricação, permitindo a participação de veículos que atendam aos padrões de segurança e manutenção exigidos pelo DETRO/RJ, conforme Resoluções DETRO/PRES nºs 4.712/2020 e 4.958/2021;
- b) A exclusão ou flexibilização da exigência de cor branca para os veículos, de forma a permitir a participação de empresas que disponham de veículos de outras cores, respeitando-se a padronização visual estabelecida pela administração;
- c) A adequação do edital às normas legais e aos princípios que regem as licitações públicas, promovendo maior competitividade e isonomia entre os licitantes.

Termos em que pede deferimento.



Duas Barras/RJ, 15 de janeiro de 2025

Dr. Anderson Melo de Almeida  
OAB/RJ: 217.671